

PAULO RENATO DA SILVA, MARIO AYALA
FABRICIO PEREIRA DA SILVA , FERNANDO JOSÉ MARTINS
(COMPILADORES)

LUTAS, EXPERIÊNCIAS E DEBATES NA AMÉRICA LATINA

Anais das IV Jornadas Internacionais de Problemas Latino-Americanos

Foz do Iguaçu
Imago Mundi / PPG - IELA UNILA
2015

Mobilizações Urbanas Latino-Americanas, e o direito de ir e vir: Caracazo e as revoltas de junho de 2013 no Brasil

Movilizaciones urbana latinoamericana, y el derecho de ir y venir: Caracazo y junio 2013 en Brasil

Vanessa Cristhina Zorek Daniel; (UNIOESTE; vanessazorek@gmail.com)

Manoela Marli Jaqueira; (UNIOESTE; manoelajaqueira@hotmail.com)

Dr. Fernando José Martins; (UNIOESTE; fernandopedagogia2000@yahoo.com.br)

Resumo: Pretende-se desenvolver neste trabalho um comparativo entre dois fenômenos de mobilizações sociais que ocorreram na América Latina. O primeiro conhecido como *Caracazo*, ocorreu em fevereiro de 1989 na Venezuela, e o segundo são as mobilizações de junho de 2013 que aconteceram no Brasil. A proposta deste trabalho, é dialogar sobre estes dois fenômenos sociais, pautando-se em teorias da ação coletiva, buscando desenvolver um panorama de similitudes que os envolvem. Ambos ocorrem a partir do anúncio de preços de tarifas de transporte público. O que suscita a reação coletiva de protestos, em tempos e contextos distintos, no entanto o que as unem é o fato de que estas medidas atingem diretamente a vida destes trabalhadores, pois interferem na sua renda e consequentemente na sua qualidade vida. As manifestações deixaram transparecer mais claramente a crise institucional, partidária e de representação política que a América Latina vive; entre outras questões como a expulsão dos trabalhadores das cidades para periferias cada vez mais distantes dos centros financeiros, falta de investimentos em infraestrutura e transporte, sobreposição dos interesses do grande capital em detrimento da população, violência do Estado e força da policial frente às mobilizações como reações não legítimas.

Palavras-chave: Mobilizações sociais, direito a cidade, América Latina.

Resumen: Se pretende desarrollar en este articulo una comparación entre dos fenómenos de movilización social que se produjeron en América Latina. La primera conocida como el Caracazo, ocurrido en febrero de 1989 en Venezuela, y el segundo en junio de 2013, las manifestaciones que tuvieron lugar en Brasil. El propósito de este trabajo es hablar de estos dos fenómenos sociales, basándose en las teorías de la acción colectiva, tratando de desarrollar una visión general de las similitudes que implican. Ambas ocurren a partir de anuncio de aumento en las tarifas del trans-

porte público. Lo que suscita una reacción colectiva de protestas en diferentes momentos y contextos. Sin embargo, el común entre ellos es el hecho de que estas medidas afectan directamente la vida de estos trabajadores al interferir con sus ingresos y, por tanto, en su calidad de vida. Las manifestaciones han dejado a relucir más claramente la crisis institucional, partidista y la representación política que América Latina vive; entre otras cuestiones, como la expulsión de los trabajadores de las ciudades hacia las periferias más alejadas de los centros financieros, la falta de inversión en infraestructura y el transporte, la superposición de grandes intereses comerciales a expensas de la fuerza de la población, la violencia estatal y la policía al frente de las movilizaciones como reacciones no legítimas.

Palabras clave: movilizaciones sociales, el derecho a la ciudad, en América Latina.

Abstract: The aim of this article is to develop a comparison between two phenomena of social mobilization occurred in Latin America. The first known as Caracazo, which took place on February 1989 in Venezuela, and the second the demonstrations occurred in Brazil on June 2013. The purpose of this work is to assess these two social phenomena, basing on theories of collective action, seeking to develop an overview of similarities involving. Both occurred after announcements of increase in public transport fares. Which raised the collective reaction of protests in different times and contexts, and the common theme being the fact that these measures directly affected the lives of these workers by interfering with their income and therefore their quality of life. These demonstrations unveiled the institutional crisis that affects Latin America more clearly, such as partisan and lack of political representation; among other issues such as the expulsion of workers from the cities to more distant peripheries away from financial centers, the lack of infrastructure and transportation investments, overlapping of big business interests at the expense of the population, state violence and police force to the front of the mobilizations as no legitimate reactions.

Key words: Social mobilization, right to the city, Latin America.

Introdução

Pretendemos neste breve texto iniciar uma discussão sobre problemas sociais e urbanos que atingem principalmente as grandes cidades Latino Americanas, estes problemas estão dentre os quais julgamos como causas para protestos sociais que tiveram grandes repercussões, como é o

caso do Caracazo (1989) na Venezuela e as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, entre tantos outros.

As cidades como fruto social e histórico sempre foram ocupadas de formas desiguais, houve desde o principio dos planejamentos das cidades o privilégio de uma classe sobre a outra em relação aos benefícios de infraestrutura e de localização.

Com o projeto neoliberal iniciado na América Latina principalmente na década de 1980 – salvo exemplo do Chile que adotou o modelo ainda nos anos 1970 – na Venezuela marcado principalmente pela gestão de Carlos Andrés Pérez (1989-1993), e no Brasil iniciadas pelo presidente Fernando Collor de Melo (1990 -1992), e com continuidade no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), este período foi marcado pela privatização dos bens públicos, precarização dos investimentos e serviços públicos como também uma grande elasticidade nos direitos trabalhistas, intensificando-se os problemas sociais, econômicos e urbanos da massa trabalhadora destes dois países. É neste cenário que iniciamos a discussão das mobilizações em questão.

Espaço Urbano

Primeiramente é importante conceituar e contextualizar o espaço urbano, ao qual está inserido a questão de mobilidade. De acordo com Roberto Lobato Correa espaço urbano é formado por diferentes usos da terra, como centro da cidade, local onde está inserido o comércio, serviços e gestão, as áreas industriais e áreas residências diversas em relação ao contexto social, este conjunto de uso da terra é o que se forma o chamado “espaço urbano”. (CORREA, 1989, p. 5)

Mas o espaço urbano não é só o conjunto de terra e seu uso, para Roberto Lobato Corrêa é um sistema fragmentado e articulado:

(...) Mas o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado: cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável. Essas manifestações manifestam-se empiricamente através do fluxo de veículos e de pessoas associados à operações de carga e descarga de mercadorias, aos deslocamentos cotidianos entre as áreas residenciais e os diversos locais de trabalho, aos deslocamentos menos frequentes para compras no cen-

tro da cidade ou nas lojas de bairro, às visitas aos parentes e amigos, e idas ao cinema, culto religioso, praia e parques. (CORREA, 1989, p. 5)

Desta forma o espaço urbano capitalista nesse sistema articulado e fragmentado tem um reflexo social e de desigualdade, os bairros são onde estão concentradas as diversas classes sociais e são reprodução dos vários grupos sociais existente em um centro urbano. A construção do espaço urbano, desse sistema fragmentado se dá através do movimento da sociedade, da estrutura e função urbana que se concretiza nas formas espaciais. (CORREA, 1989, p. 10)

O que se percebe é que neste espaço urbano, cada vez mais a população de classes menos favorecidas estão mais longes dos grandes centros e das zonas de trabalho e se veem obrigadas a se deslocarem por meio de transporte coletivos até o seu campo de labor e muitas vezes esse transporte é caro e precário, fazendo com que o trabalhador passe muito tempo para se deslocar de sua residência para seu local de trabalho.

O direito de cidade

A reflexão acerca do espaço urbano faz repensar as estruturas das cidades, bem como as necessidades sociais acerca da vida urbana, neste cenário surgem reivindicações de diversos direitos como: educação, direito ao trabalho, cultura, repouso, saúde, habitação entre outros. Dentro desses direitos observamos a importância e necessidade da classe operária para o reconhecimento desses direito, mesmo que por muitas vezes não sejam implementados de forma equivocada. (LEFEBVRE, 2001, p. 117)

Diante desses direitos, o direito à cidade surge como um pedido, uma exigência, um apelo por uma cidade que está deteriorada e necessita ser renovada e Lefebvre coloca como sujeito da mudança a classe operária, aquela responsável em lutar e buscar a garantia do direito à cidade:

Só a classe operária pode se tornar o agente, o portador ou o suporte social dessa realização. Aqui ainda, como há um século, ela nega e contesta, unicamente com sua presença, a estratégia de classe dirigida contra ela. Como há um século, ainda que em novas condições, ela reúne os interesses (aqueles que superam o imediato e o superficial) de toda a sociedade, e inicialmente de todos aqueles que habitam.

Os moradores do Olimpio e a nova aristocracia burguesa (quem o ignora?) não habitam mais. (LEFEBVRE, 2001, p. 118)

A luta pela efetivação do direito da cidade é de todos aqueles que sofrem a ação de uma cotidianidade desordenada, que residem longe dos velhos centros e tem que correr de sua moradia até a estação mais próxima ou não, para utilizar o transporte público superlotado, às vezes utilizar mais de um meio de transporte para chegar até o escritório ou fábrica, o quadro que se encontra de mobilidade urbana é de miséria, onde está bem distante do efetivo cumprimento do direito à cidade. (LEFEBVRE, 2001, p. 118)

As Mobilizações sociais e o direito a cidade

O movimento que ficou conhecido como Caracazo⁴⁴², é um reflexo da situação política e econômica pela qual a Venezuela passava naquele momento. Na década de 1970 o país passou por um período de crescimento rápido, principalmente pelas altas que o mercado do petróleo sofreu, porém o aumento da renda não trouxe desenvolvimento real para o país, uma vez que não se desenvolveu a industrialização de forma significativa, mantendo-se vulnerável ao cenário internacional. Outro fator que teve influência para a eclosão desta mobilização social está estritamente ligado às políticas de ajustes preconizadas pelo Consenso de Washington, o qual cedia o empréstimo aos países latino-americanos, no entanto ao assinar o acordo de transferências de créditos os países estavam condicionados a aceitar os acordos que implicavam em um severo corte na máquina do Estado. O governo de Andrés Pérez tomou medidas extremamente impopulares, dentre elas a desvalorização da moeda, o congelamento de salários. O preço dos combustíveis teve um reajuste de 100% e para transporte público o governo anunciou para o aumento de 30% no entanto as empresas de transporte repassaram o preço de 100%, esse aumento ocorreu sem aviso prévio e os trabalhadores que moravam em bairros ou cidades vizinhas a Caracas e faziam viagem até o trabalho de uma a duas horas, souberam dos novos preços já no ponto de ônibus.

O aumento de 100% nas passagens implicava diretamente na renda do trabalhador venezuelano, que já vinha sofrendo deterioração das condições de vida, e este novo valor do transporte

⁴⁴² Revolta popular urbana que ocorreu em Caracas em 27 e 28 de fevereiro de 1989.

chegou a ser o valor total da renda de muitos trabalhadores mensalmente. No dia 27 de fevereiro no início da manhã ao se depararem com os novos os trabalhadores iniciaram os protestos, colocaram fogo em ônibus, trancaram estradas, chegaram ao centro de Caracas, deu-se também uma onda de saques principalmente em supermercados, e levaram para casa alimentos do cotidiano venezuelano como feijão, macarrão e leite em pó, que os comerciantes sabendo dos reajustes haviam escondidos nos depósitos deixando as estantes de mercados e mercearias praticamente vazias. Neste primeiro momento das manifestações, a polícia em muitos pontos participou dos saques ou não tentou conter os atos, pois estavam também em um conflito salarial com o governo. (Jones, 2008, p. 120-130)

As notícias sobre as mobilizações passadas pela televisão aumentavam ainda mais a adesão da população ao protesto que se espalhou por 16 cidades do país, no entanto no dia 28 foi anunciado pelo governo da Venezuela, um toque de recolher das 18h às 6h, como também a suspensão de direito e garantias a liberdade e a expressão, e a organização de assembleias, as pessoas poderiam ser presas ou detidas e não teriam direito a um advogado ou a comunicar a família. Os bairros pobres foram invadidos por forças do exercício que recebeu ordem para atirarem em qualquer coisa que se movesse. Muitas pessoas foram mortas e seus corpos não poderiam ser recolhidos pelos familiares, apenas as autoridades estavam autorizadas a removê-los, ainda hoje não se tem o número preciso vítimas resultantes dessas mobilizações. O exército fala de 327 mortos e mil feridos, jornalistas e correspondentes estrangeiros defendem o número de 1.500 mortos. (Martinez, 2008, p. 89)

As manifestações de Junho de 2013 no Brasil, que ocorreram mais de 20 anos depois deste episódio também eclodiram após o anúncio do preço das passagens do transporte público na cidade de São Paulo, apesar de o cenário social e econômico ser outro, com baixo nível de desemprego e existir políticas sociais efetivas e de redistribuição de renda, tais medidas não conseguiram conter a insatisfação da população em relação ao preço do transporte público. Entre tantas questões presentes nestas manifestações estava o pedido do direito a cidade, a se locomover de casa ao trabalho, sem ter que sacrificar economicamente para isso. *“As cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. Nem toda a melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda”*. (Maricato, 2013, p. 19) Deste modo, por mais que muitos brasileiros tenham acendido socialmente, conseguindo emprego e direitos trabalhistas, continuam sendo a classe explorada e morando na periferia, sofrendo as dificuldades de depender do transporte público para chegar ao trabalho que garante a sua sobrevivência.

As Jornadas de junho no Brasil tiveram início dentro do *Movimento Passe Livre*, este movimento já havia participado de várias outras manifestações desde do ano de 2003⁴⁴³, e uma das bandeiras do movimento é o transporte público gratuito e de qualidade. Os primeiros protestos tiveram início dia 6 de junho de 2013, depois do reajuste de preço da tarifa em varias cidades do país, foi em São Paulo que ela ganhou contornos maiores. Por parte da Polícia militar houve forte repressão, as mobilizações que ocorreram entre 6, 7, 11 e 13 de junho foram eventos que tiveram a participação de em média duas mil pessoas, que sofreram constatações de atos de violência vindos do Estado, que foram tão intensas que gerou uma onda de solidariedade da população em ao Movimento do Passe Livre que ocorreu a partir do dia 17 de junho.

As ações policiais que ocorreram até o dia 13 de junho foi uma tentativa do Estado de manter estagnada qualquer possibilidade de continuidade de mobilização. Ainda nesta data polícia Militar prende vários manifestantes por porte de vinagre, o que gerou a chamada *Revolta da Salada*⁴⁴⁴, neste episódio alguns jornalistas também foram feridos e presos. A partir daí a mídia começou a mudar o discurso em relação aos protestos, e foi a partir do aval da televisão que muitas pessoas foram as ruas a partir do dia 17 julho sem pautas definidas e sem uma organização prévia, mas em um primeiro momento solidárias aos manifestantes injustiçados pela repressão violenta. Este fato representa o marco para a segunda fase das manifestações de Junho no Brasil que tem um caráter diferente da que foi descrita até aqui.

O aumento da passagem em 0,20 centavos iria impactar o orçamento de muitas famílias Brasileiras, principalmente as que vivem em grandes centros urbanos, no qual muitos trabalhadores pagam entre 2 a 4 passagens por dia para se deslocarem de casa ao trabalho e do trabalho para a casa. Segundo dados do relatório *Gastos das Famílias Brasileiras com Transporte Urbano Público e Privado no Brasil* publicado pelo IPEA (2012) eram comprometidos em média 15% do orçamento das famílias brasileiras com o transporte público.

⁴⁴³ O movimento Surgiu com este nome apenas em 2005, após uma plenária do Fórum Social Mundial que ocorreu em Porto Alegre, no entanto a campanha do Passe Livre já existia em Florianópolis, houve também manifestações deste grupo ainda em 2003 em Salvador, na chamada Revolta do Buzu, e as Revolta das Catraca em Florianópolis, nos anos de 2004 e 2005. Fonte do site oficial do Movimento Passe Livre www.mpl.org.br. Acessado em 22 de julho de 2014.

⁴⁴⁴ O vinagre para a Polícia Militar do Estado de São Paulo é mais que um tempero, é digno de estar na lista de “objetos que podem ser usados contra os policiais e a população”. Ele virou um dos símbolos de um episódio marcado pelos abusos e truculência policial, a quarta manifestação contra o aumento da passagem de ônibus, que aconteceu ontem, na capital paulista. A verdade é que suas propriedades químicas amenizam o efeito do gás lacrimogênio e spray de pimenta usados pela corporação e isso só dificultaria a dispersão dos protestantes – tornando-se assim, proibido.

Em relação ao MPL como Movimento Social, podemos dizer que este reúne sujeitos que com objetivos e interesses comuns, motivados por mudanças e justiça social. Neste sentido, os atores juntam suas potencialidades e se organizam para enfrentarem seus opositores, que neste caso seriam as empresas de transporte público e principalmente o Estado que gere este sistema. Desta forma, questiona a ordem social, a ineficiência da representatividade política, da infraestrutura das cidades em relação ao transporte e da falta de políticas públicas em relação ao tema.

Como em ambos os casos de Ações e Mobilizações que relatamos aqui, pode-se remeter ao que Gohn fala sobre as motivações iniciais que levam as pessoas a se unirem em um ato coletivo, que seria a vontade de solucionar o problema imediatamente. :

Não há preocupação nas elaborações sobre a mobilização social quanto ao entendimento da história social e política de um povo para além de seu local imediato. As causas e a gênese dos processos de exclusão e pobreza não são analisadas. Parte-se de dada situação e busca-se mobilizar pessoas para a sua resolução, substituindo a “cultura da espera” pela “cultura da resolução, do fazer”. (Gohn, 2012, p. 67)

Nestes casos o presente é o norteador deste momento de mobilização, o pensamento crítico neste primeiro instante não tem espaço, mas se fazem presentes principalmente o caráter criativo e de inovação. Os Atores coletivos são os que produzem estas ações e mobilizações.

A ação coletiva entre os sujeitos fundamenta-se na solidariedade, esta produzirá um sentimento de pertencimento a partir da construção de identidade, isto é, onde os referidos atores tenham a capacidade de reconhecer a si mesmos e de serem reconhecido como membros do mesmo sistema de relações sociais, contribuindo para a mobilização dos atores em torno de determinado interesse.

Considerações Finais a cerca das Mobilizações Caracazo e Jornadas de Junho

As mobilizações em ambos os momentos demonstraram aos governos do Brasil e da Venezuela uma ameaça ao status-quo político, as mobilizações que foram desencadeadas pelos preços das passagens, no entanto demonstram muito mais do que uma briga para manter o orçamento destes trabalhadores sem maiores prejuízos, mas a insatisfação em relação às questões políticas, sociais e econômicas de seus países, que os governos e partidos políticos não conseguem resolver.

Na Venezuela, a esperança da população em tempos melhores na econômica, resultou na a eleição de Carlos Andrés Pérez, que havia governado anteriormente (1974-1979) em uma época em que o preço do petróleo estava em alta, e a população acreditava que sua volta, traria novamente a bonança de outros tempos. Mas ao contrário foram surpreendidos com a realidade do Consenso de Washington que deteriorou a qualidade de vida de uma população que já tinha um alto índice de pobreza. As mobilizações do Caracazo pela injustiça que sofriam em relação aos preços dos alimentos, aos baixos salários e a dificuldade de lidar com a subida dos preços foi o primeiro passo das mudanças políticas que viriam anos mais tarde. Um segundo momento foi a tentativa de golpe em 1992 feita por Hugo Chávez e outros companheiros do exercito, e com apoio da população pobre que era grande maioria neste país, seu discurso contra o neoliberalismo e sua postura crítica aos governos anteriores, como também a proposta de fundar uma V República elegeram este líder de caráter outsider em 1998.

Em relação às manifestações ocorridas no Brasil, a injustiça e desigualdade social mesmo com algumas melhoras nos últimos anos com o governo do Partido dos Trabalhadores ainda estão longe de serem reparadas. Muitas das demandas da esquerda foram esquecidas, ou deixadas de lado, ainda que outras como o baixo índice de desemprego e a possibilidade de aquisição de casa própria como também os programas de distribuição de renda tem ocorrido, a classe trabalhadora continua sendo excluída dos grandes centros para a periferia, necessitando estes trabalhadores então obrigatoriamente a dependência do transporte público para chegarem até os centros ou a cidade Formal para vender sua força de trabalho, que é o seu meio de subsistência. Deste modo as pessoas que não possuam uma quantia em dinheiro para poderem pagar o transporte, estão de certa maneira presas a periferia, sem condições de locomoção pela distância, resultado dos interesses do grande capital e da especulação imobiliária. Por mais que se melhore a questão de renda no país, ainda nega-se o direito a cidade formal as populações da periferia, que participam dela apenas como trabalhadores e não como cidadãos de uma forma completa.

Além dos problemas sociais e econômicos serem um dos pontos de relação entre estes dois fatos está também o ponto da violência e da criminalização das manifestações, o Caracazo apresentou um nível terrivelmente maior de violência e repressão, deixando muitos mortos e calando rapidamente as mobilizações, como uma expressão da força imposta pelo governo que conseguiu de certo modo “controlar” a descida dos morros e saída dos pobres dos *Barrios* para o centro da cidade.

No Brasil as repressões demonstradas pela força Policia Militar de São Paulo nos primeiros quatro dias de Manifestações do MPL, contou também com a conivência da grande mídia, que descreveu até mesmo como legítima a ação dos policiais contra os “baderneiros”, “arruaceiros” e “vândalos”, tanto o discurso midiático quanto a ação da polícia se mostravam como uma tentativa de deslegitimar o protesto, mostrando que o aumento das passagens por parte do governo não seria colocado em pauta de discussão com a população. No entanto a partir do momento em que a violência da polícia atinge também alguns repórteres a opinião popular se comove com os feridos de classe média, a mídia muda o discurso e os protestos tomam outros contornos. Lembrando que a violência contra esse tipo de manifestações sempre ocorreu e que sempre houve militantes e manifestantes feridos, mas nunca antes receberam a solidariedade da mídia Brasileira.

Referências

- BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Gastos das Famílias Brasileiras com transporte urbano público e privado no Brasil: Uma análise da POF 2003 e 2009.** Brasília, 2012. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/993/1/TD_1803.pdf . Acessado em: 17 de julho de 2014
- BART, J. **Hugo Chávez: da origem simples ao ideário da revolução permanente.** São Paulo: Novo Conceito Editora, 2008.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço Urbano.** Série Princípios. São Paulo: editora ática: 1989.
- GOHN, M. G. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais.** São Paulo, Loyola, 2012.
- IASI, M. L. A Rebelião, a cidade e a consciência. In: MARICATO, E. **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo, Boitempo, 2013.
- LEFBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.
- MARTÍNEZ, J. H. **Causas e Interpretaciones del Caracazo.** HAOL, Núm. 16, 2008, Historia Actual.
- MARICATO, E. **É a questão urbana, estúpido!**. In: MARICATO, E. **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo, Boitempo, 2013.

SECCO, L. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, E. **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2013.

TARROW, S. **El poder en movimiento, los movimientos sociales, la acción colectiva y la política**. Alianza Editorial, Madrid. 1994.

TOURAINÉ, A. Los movimientos Sociales. **Revista colombiana de Sociología**, nº 27, Bogotá. 2006.